

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE**

**Concurso Público para provimento de cargos
Analista em Gestão Previdenciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ciência tem a função de explicar como as coisas funcionam.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

Entre o público e o privado

“Pichou o nome da gangue em parede de igreja.” Essa frase está no dicionário **Houaiss** para exemplificar o sentido do verbo **pichar**: “escrever, rabiscar (dizeres de qualquer espécie) em muros, paredes, fachadas de edifícios etc.”. Mas o exemplo de aplicação do verbo não é neutro: a diferença entre “nome da gangue” e “parede de igreja” parece sugerir a violência de um ato condenável, herético, pecaminoso, aplicado sobre o espaço do sagrado.

Do ponto de vista dos pichadores, porém, sua ação é política, e corresponderia, ainda, a uma manifestação artística de caráter transgressivo. A pichação seria o direito de os anônimos marginalizados inscreverem sua marca pessoal no espaço público, para proclamarem sua existência como sujeitos. Já os adversários dos pichadores costumam ver nas pichações a obsessão pela sujeira atrevida, pelo prazer rudimentar de manchar o que é limpo. Os mais sofisticados chegam mesmo a reverter a justificativa dos pichadores: a pichação seria a manifestação de uma iniciativa privada dentro do espaço aberto ao público.

A discussão está lançada. Não parece que estejamos próximos de ver terminada essa batalha pela distribuição e reconhecimento de direitos conflitantes. O espaço da cidade continua, assim, um campo de disputa entre os que detêm o direito de propriedade e os que justificam a ação transgressiva como o direito a uma assinatura.

(Teobaldo Tirreno, inédito)

1. A controvérsia básica de que trata o texto está indicada no seguinte segmento:
 - (A) o exemplo de aplicação do verbo [pichar] não é neutro.
 - (B) sua ação é política, e corresponderia, ainda, a uma manifestação artística.
 - (C) um ato condenável, herético, pecaminoso, aplicado sobre o espaço do sagrado.
 - (D) batalha pela distribuição e reconhecimento de direitos conflitantes.
 - (E) a pichação seria a manifestação de uma iniciativa privada.

2. Considerando-se o contexto, entende-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) o exemplo de aplicação do verbo não é neutro (1º parágrafo) = a exemplificação do dicionário não se compromete com a polêmica.
 - (B) uma manifestação artística de caráter transgressivo (2º parágrafo) = a pichação como expressão estética de uma insubordinação.
 - (C) para proclamarem sua existência como sujeitos (2º parágrafo) = a fim de ratificarem seus próprios privilégios.
 - (D) reverter a justificativa dos pichadores (2º parágrafo) = reduzir o argumento dos adversários.
 - (E) ação transgressiva como o direito a uma assinatura (3º parágrafo) = iniciativa tomada como interdição do individualismo.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) A justificativa dos pichadores e a dos que se opõem às pichações apoiam-se, ambas, em argumentos que esses dois grupos consideram plenamente sólidos.
 - (B) O autor do texto que examina o verbete *pichar* do dicionário, julga que este foi parcial ao se valer do exemplo que ilustra, o termo correspondente ao respectivo verbo.
 - (C) Muitos veem no ato de pichar não uma transgressão intencional, conquanto o seja, mas uma demonstração de incivildade em cuja não se respeita o direito privado.
 - (D) Ao contrário do que insistem em afirmar os pichadores, seus adversários inclusive, julgam que o ato deles seria muito mais uma manifestação pessoal do que social.
 - (E) De fato, o espaço urbano é revelador de que o palco das cidades vem tornando-se cada vez mais uma disputa acerrada entre detentores de direitos controversos.

4. As normas de concordância verbal e a adequada articulação entre os tempos e os modos empregados estão consideradas na seguinte frase:
 - (A) Aqueles a quem ocorresse promover pichações pela cidade deverão, a cada iniciativa, considerar os legítimos direitos alheios.
 - (B) Estaremos longe de conciliar as razões dos moradores e as dos pichadores enquanto não viermos a discutir os direitos essenciais dos cidadãos.
 - (C) Alguns cidadãos interpretariam como afronta pessoal as inscrições que em seu muro caído testemunha a iniciativa de pichadores.
 - (D) Não haveria por que julgar como ação transgressiva as pichações a que se dedicarem, com intenção artística, toda comunidade marginalizada.
 - (E) Manifestação artística e ação política estarão conjugadas em cada pichação que viesse a efetivar os marginalizados da cidade.



5. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O exemplo à que se prende o dicionarista para o uso do verbo *pichar* justifica o por quê do reparo que lhe faz o autor do texto.
 - (B) Os pichadores têm alegações nas quais muita gente escarnece, por considerar que eles não podem aspirar em uma condição de artistas.
 - (C) A polêmica cujos termos o texto analisa diz respeito às divergências entre concepções do que seja o exercício de determinados direitos.
 - (D) Os pichadores dizem que aqueles que lhes recriminam por abusarem do espaço público são os mesmos que nenhum respeito o dedicam.
 - (E) Os argumentos aos quais se servem os críticos dos pichadores não convencem a quem lhes examina com alguma isenção.
-
6. Uma nova, clara e correta redação da frase *Não parece que estejamos próximos de ver terminada essa batalha* poderia ser:
- (A) Para ver terminada, essa batalha, não parece que já estejamos tão próximos.
 - (B) Não estamos próximos, ao que parece, de que seja vista essa batalha terminada.
 - (C) Nada faz crer que cheguemos a ver, proximamente, o arremate dessa batalha.
 - (D) Não nos parece que estamos aptos a ver quão próximo é o fim dessa batalha.
 - (E) Não estamos nada próximos, parece, de ver a que fim chegará essa batalha.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, considere o texto abaixo.

Acaso e planejamento

“Deus não joga dados com o Universo”, disse o físico Albert Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico e previsível. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar. Mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo.

Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance de dados, ou uma ordem dos seus computadores, em segundos. Às vezes eles têm uma cara e um temperamento, aparecem nos jornais e na TV, mas quase sempre são operadores anônimos, com um poder sobre nossas vidas que o Deus de Einstein morreria de inveja.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 139)

7. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Ao afirmar que *“Deus não joga dados com o Universo”*, Einstein referia-se, segundo o autor do texto, à ação de eventos imprevisíveis que acabam determinando nosso futuro dentro do Universo.
 - II. A frase *Mas fiquemos com a palavra do velho* propõe que aceitemos como fato o eventual comportamento caprichoso da matéria, sujeita às intervenções do acaso.
 - III. No segundo parágrafo do texto, afirma-se que o poder pragmático dos especuladores do mercado financeiro é de fazer inveja até mesmo ao Deus referido na famosa frase de Einstein.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III.



8. A tese resumida na frase *a matéria é mais maluca do que Einstein pensava* tem sua sustentação na frase
- (A) *existe um plano por trás de, literalmente, tudo.*
 - (B) *o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar.*
 - (C) *Deus não é um jogador.*
 - (D) *o Universo não está aí para ele jogar contra a sorte.*
 - (E) *controlam o capital especulativo do planeta Terra.*
-
9. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) Não (**dever**) cabem aos especuladores do mercado financeiro o controle de economias inteiras.
 - (B) É abusivo o controle que (**exercer**) sobre países inteiros uma arrogante iniciativa do capital especulativo.
 - (C) Uma simples ordem dos computadores, caprichosamente, (**poder**) exercer o controle da vida econômica de um país.
 - (D) Não (**haver**) de subordinar-se às leis do acaso, segundo Einstein, o planejamento que rege os comportamentos da matéria.
 - (E) Há economias inteiras que se (**destruir**) pela intervenção dos semideuses do mercado especulativo.
-
10. Na frase *quase sempre são operadores anônimos, com um poder sobre nossas vidas que o Deus de Einstein morreria de inveja*, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção, a clareza e a coerência, por:
- (A) um tal poder sobre nós que faria morrer de inveja o Deus de Einstein.
 - (B) um poder tal sobre o destino que matasse o Deus de Einstein de inveja.
 - (C) um tamanho poder sobre a vida que faria mortal inveja no Deus de Einstein.
 - (D) um poder mortal sobre nós, mais alto e invejável que o do Deus de Einstein.
 - (E) um poder maior sobre nós, de inveja mortal até para o Deus de Einstein.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Na sequência (100.000; 90.000; 81.000; 72.900; ...), o segundo termo não inteiro é o que está na posição
- (A) 6.
 - (B) 5.
 - (C) 7.
 - (D) 8.
 - (E) 9.
-
12. Considere a afirmação abaixo.
- Se contratei um empréstimo com juros maiores do que antes, então pagarei um montante maior.*
- A afirmação que corresponde à negação lógica desta é
- (A) Se não paguei um montante maior, então não contratei um empréstimo com juros maiores.
 - (B) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou pagarei um montante maior.
 - (C) Se contratei um empréstimo com juros menores do que antes, então pagarei um montante maior.
 - (D) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes e não pagarei um montante maior.
 - (E) Não contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou não pagarei um montante maior.
-
13. Uma motocicleta foi vendida por R\$ 18.500,00, com lucro de 8% sobre a venda. O custo desta motocicleta foi de
- (A) R\$ 16.480,00.
 - (B) R\$ 17.340,00.
 - (C) R\$ 18.010,00.
 - (D) R\$ 16.760,00.
 - (E) R\$ 17.020,00.



14. Em um programa de ampliação do acervo das bibliotecas públicas de um município, foram comprados R\$ 960,00 de livros ao custo unitário de R\$ 24,00 e, com o dobro desse dinheiro, foram comprados livros ao custo unitário de R\$ 16,00. O custo médio unitário dos livros comprados nesse programa foi igual a
- (A) R\$ 18,00.
 - (B) R\$ 20,00.
 - (C) R\$ 22,00.
 - (D) R\$ 21,00.
 - (E) R\$ 17,00.

15. Em um caminho há 21 caixas dispostas em uma linha reta. Cada caixa está a 10 metros de distância da caixa seguinte. Partindo de uma caixa em um dos extremos dessa linha reta, Roberto tem a tarefa de levar todas as caixas até a posição em que está a caixa do meio. Se Roberto transportar apenas uma caixa de cada vez, e evitar percursos desnecessários, a distância percorrida por ele ao concluir a tarefa, em metros, será igual a
- (A) 2.200.
 - (B) 1.900.
 - (C) 1.800.
 - (D) 2.000.
 - (E) 2.100.

Matemática Financeira

16. João emprestou a quantia de R\$ 23.500,00 a seu filho Roberto. Trataram que Roberto pagaria juros simples de 4% ao ano. Roberto pagou esse empréstimo para seu pai após 3 anos. O valor total dos juros pagos por Roberto foi
- (A) R\$ 3.410,00.
 - (B) R\$ 2.820,00.
 - (C) R\$ 2.640,00.
 - (D) R\$ 3.120,00.
 - (E) R\$ 1.880,00.

17. O montante de um empréstimo de 4 anos da quantia de R\$ 20.000,00, do qual se cobram juros compostos de 10% ao ano, será igual a
- (A) R\$ 26.000,00.
 - (B) R\$ 28.645,00.
 - (C) R\$ 29.282,00.
 - (D) R\$ 30.168,00.
 - (E) R\$ 28.086,00.

18. Um empréstimo foi contratado com uma taxa nominal de juros de 6% ao trimestre e com capitalização mensal. A taxa efetiva desse empréstimo é igual a
- (A) 6,2302%.
 - (B) 6,3014%.
 - (C) 6,1385%.
 - (D) 6,2463%.
 - (E) 6,1208%.

19. Um empréstimo com juros compostos de 1,2% ao mês corresponde a uma taxa anual de
- (A) $(1,12^{12} - 1) \times 100\%$.
 - (B) $(1,102^{12} - 1) \times 100\%$.
 - (C) $(1,012^{12} - 1) \times 100\%$.
 - (D) $(1,0012^{12} - 1) \times 100\%$.
 - (E) $(1,1002^{12} - 1) \times 100\%$.



20. A quantia de R\$ 41.212,04 é o montante da aplicação de R\$ 40.000,00, durante 3 meses, à uma taxa mensal de
- (A) 1,0%.
 - (B) 0,9%.
 - (C) 0,8%.
 - (D) 1,1%.
 - (E) 1,2%.

Direito Constitucional

21. Considerando as ideias de supremacia constitucional e de controle de constitucionalidade das leis em face da Constituição, pode-se afirmar que o direito constitucional brasileiro
- (A) acolhe ambas, mas permite que o controle de constitucionalidade de leis seja exercido apenas pelos Poderes Legislativo e Executivo, e não pelo Poder Judiciário, em razão do princípio democrático.
 - (B) acolhe ambas, mas apenas admite o controle de constitucionalidade de leis pelo Poder Judiciário desde que também seja exercido pelo poder Executivo através do veto.
 - (C) acolhe a ideia de supremacia constitucional, mas não permite o controle de constitucionalidade das leis.
 - (D) não acolhe ambas ideias, uma vez que vigem os princípios da legalidade e da supremacia da lei.
 - (E) acolhe ambas ideias, permitindo que o Poder Judiciário deixe de aplicar a lei inconstitucional.

22. As normas constitucionais a respeito da organização do Estado brasileiro prescrevem que
- (A) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que a Constituição Federal não lhes garante o poder de dar-se uma Constituição própria.
 - (B) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que não possuem Poder Judiciário, mas apenas Poder Legislativo e Poder Executivo.
 - (C) os Municípios são dotados de autonomia, mas as Câmaras de Vereadores devem limitar-se a regulamentar as leis federais e estaduais para a sua fiel execução.
 - (D) a União, os Estados e os Municípios são autônomos, mas não o Distrito Federal, que tem a natureza de autarquia federal.
 - (E) os Estados-membros são dotados de autonomia, tendo a Constituição Federal assegurado-lhes, inclusive, o exercício de competências legislativas exclusivas.

23. Um deputado estadual propôs projeto de lei instituindo regime de previdência complementar aos servidores titulares de cargos públicos estaduais efetivos, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. O mesmo projeto ainda alterou as normas do regime oficial de previdência obrigatória e fixou limite máximo para o pagamento de aposentadoria a servidores titulares de cargos públicos estaduais efetivos e para o pagamento de pensão a seus dependentes. A propositura determinou que o referido limite, que se aplicaria imediatamente a todos os servidores efetivos, inclusive àqueles titulares de cargos públicos anteriormente à aprovação da Lei, seria o valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Nesse contexto, à luz da Constituição Federal, considere:

- I. O projeto de lei não poderia ter sido proposto por deputado estadual, uma vez que a matéria é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- II. É juridicamente admissível a instituição do limite previsto no projeto para pagamento de benefícios pelo regime obrigatório de previdência oficial e sua aplicação compulsória a todos os titulares de cargos públicos efetivos.
- III. É juridicamente inadmissível a instituição do regime de previdência complementar através de entidade de natureza pública, uma vez que a Constituição Federal prescreve a instituição por intermédio de natureza privada.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



24. Por força das normas constitucionais a respeito da estabilidade dos servidores públicos, o servidor público titular de
- (A) cargo público em comissão, após três anos de efetivo exercício, apenas poderá perder o cargo (I) em razão de sentença judicial transitada em julgado, (II) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e (III) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (B) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de sua posse, apenas poderá perder o cargo (I) em razão de sentença judicial transitada em julgado, (II) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e (III) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (C) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, que já tenha adquirido estabilidade após três anos de efetivo exercício, poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, caso seu cargo seja extinto ou declarada sua desnecessidade.
 - (D) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, pode ser exonerado, sem remuneração proporcional ao tempo de serviço, caso o respectivo cargo seja extinto ou declarado desnecessário.
 - (E) emprego público em virtude de concurso público deve, como condição para adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício, ser submetido à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

25. Um deputado federal apresentou projeto de lei dispoendo sobre aumento da remuneração de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo. Aprovada a proposta, o projeto de lei foi encaminhado ao Presidente da República que, no entanto, expressou sua negativa em sancioná-lo, vetando o projeto por motivo de inconstitucionalidade da iniciativa legislativa. O Presidente do Congresso Nacional, ao ser comunicado do veto presidencial, rejeitou-o e promulgou a Lei. Nessa situação e considerando as disposições da Constituição Federal:

- I. O projeto de lei não poderia ter sido apresentado por deputado federal, uma vez que trata de matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República.
- II. O Presidente da República não poderia vetar o projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade, uma vez que apenas o Poder Judiciário pode apreciar a inconstitucionalidade das leis.
- III. O Presidente do Congresso Nacional agiu de acordo com o direito ao rejeitar o veto presidencial e promulgar a lei aprovada pelo Poder Legislativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) I e II.

26. Considere os seguintes atos administrativos:

- I. Admissão de servidor público ocupante de cargo público efetivo junto à Administração direta.
- II. Admissão de empregado público junto a fundação instituída e mantida pelo Poder Público.
- III. Concessão de aposentadoria a servidor público titular de cargo público efetivo junto à Administração autárquica.

De acordo com as disposições da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar a legalidade

- (A) de todos os atos, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- (B) apenas do ato I, podendo aplicar aos responsáveis, se houver ilegalidade de despesa, as sanções previstas em lei.
- (C) apenas dos atos I e II, podendo sustá-los, hipótese em que deverá comunicar sua decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) apenas dos atos I e III, mas não poderá sustá-los, nem aplicar penas aos responsáveis se houver ilegalidade de despesa.
- (E) apenas dos atos II e III, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.



27. Foi editada lei estadual majorando a remuneração dos cargos públicos vinculados ao Poder Executivo, equiparando-a ao valor da remuneração dos cargos públicos equivalentes junto ao Poder Legislativo. A mesma lei estadual determinou que a remuneração dos cargos vinculados ao Poder Executivo seria automaticamente majorada sempre que houvesse aumento dos vencimentos dos cargos equivalentes junto ao Poder Legislativo. De acordo com as disposições da Constituição Federal, a lei estadual é
- (A) compatível com a Constituição Federal, uma vez que o Poder Legislativo é livre para fixar o modelo de reajuste da remuneração dos servidores públicos, podendo a lei estadual ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, uma vez que, em razão do princípio da isonomia, a remuneração dos cargos públicos vinculados ao Poder Executivo deve ser igual à remuneração dos cargos públicos a eles equivalentes junto ao Poder Legislativo, mas a lei estadual não pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, podendo a lei estadual ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que é permitida a vinculação ou equiparação remuneratória desde que seja determinada aos servidores públicos vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, podendo a lei estadual ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, podendo a lei estadual ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Direito Administrativo

28. Uma fundação responsável pela aplicação de medidas socioeducativas e reinserção social de jovens menores de idade constatou, em vistoria realizada após denúncia anônima recebida, que estava havendo ingresso de substâncias entorpecentes em suas dependências, o que já teria permitido que alguns internos estivessem fazendo uso com regularidade e dependência.

As famílias desses internos pretendem responsabilizar judicialmente a fundação pelo ocorrido, afirmando que os jovens não utilizavam tais substâncias anteriormente.

A pretensão

- (A) pode ensejar a responsabilização da fundação tanto pela omissão dos agentes na fiscalização da entrada, que não obstaram o acesso das substâncias ao universo dos jovens, quanto pelo dever de garantir a incolumidade dos custodiados.
 - (B) depende da demonstração de dolo dos agentes públicos, tendo em vista que a modalidade omissiva demanda comprovação da intenção dos agentes públicos.
 - (C) procede, tendo em vista que a responsabilidade dos entes públicos é objetiva, sequer demandando prova dos danos ocorridos.
 - (D) não encontra acolhida no Judiciário, tendo em vista que não se trata de ato praticado por agente público, mas sim por terceiros, também internos.
 - (E) depende de prévia apuração de responsabilidade para constatação da forma e dos responsáveis pelas condutas ensejadoras dos resultados indesejados descritos.
29. Autarquia responsável pela vigilância sanitária em determinado município realiza diligências periódicas em bares e restaurantes, sem divulgação prévia de agenda e localidades de visitação. Durante uma dessas inspeções, interditou 10 estabelecimentos em um mesmo bairro, todos em razão das más condições de higiene, lavrando ainda auto de infração e imposição de multa.
- Parte dos bares e restaurantes questionou as multas em juízo e outra parte pleiteou a imediata reabertura dos estabelecimentos, sob o fundamento de abuso de poder e dupla penalidade, tendo em vista que já haviam sido autuados.
- A atuação da autarquia
- (A) encontra respaldo na lei, tendo em vista que os entes públicos não se submetem ao Judiciário, decidindo no âmbito da jurisdição administrativa e executando suas próprias sentenças.
 - (B) configura expressão do exercício do poder disciplinar, que se coloca sobre todos aqueles subordinados às normas e posturas da Administração.
 - (C) é expressão do poder normativo, no âmbito do qual devem estar expressas todas as medidas de força passíveis de serem executadas pela própria Administração pública.
 - (D) implica exercício do poder fiscalizatório, o que envolve a lavratura de autos de infração e imposição de multas, mas não inclui competência para interdição de estabelecimentos, o que demanda ordem judicial, visto que limita direitos fundamentais do cidadão.
 - (E) representa expressão do poder de polícia, exercido pela Administração pública e que possui fundamento na legislação vigente, permitindo a adoção de medidas coercitivas de urgência, tal como no caso proposto, sem prejuízo de facultar ao administrado o exercício do direito de defesa.



30. O Diretor de compras de uma empresa estatal adquiriu um *software* ainda em fase de testes para gestão da folha de pagamento de seus servidores, tendo em vista que o valor oferecido foi sensivelmente inferior ao outro produto compatível, disponível no mercado.

Após mais de 6 meses de utilização foi constatado pela área financeira da empresa que a folha de pagamento estava sendo gerada com incorreção, ensejando liberação de recursos em média 10% superiores. Apurado o prejuízo, o diretor responsável pela aquisição atribuiu a falha do sistema a causas inevitáveis e imprevisíveis.

De acordo com o caso narrado,

- (A) o servidor responsável pela aquisição poderá ser responsabilizado por ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário, demandando comprovação de dolo e sendo imprescritível a ação para ressarcimento.
 - (B) a ocorrência de ato de improbidade somente se configura diante da comprovação de dolo, já estando comprovada a outra condição, prejuízo ao erário, para responsabilização do diretor.
 - (C) considerando a comprovação de prejuízo ao erário, fica dispensada a comprovação de dolo para responsabilização por ato de improbidade, estando claramente demonstrada a conduta culposa do servidor, que não agiu com zelo na escolha do produto adquirido.
 - (D) impõe-se o ressarcimento dos cofres públicos pelos prejuízos causados, não se configurando, contudo, ato de improbidade, tendo em vista que não houve conduta dolosa por parte do servidor responsável pela aquisição.
 - (E) caberá exigir do diretor que promoveu a aquisição o ressarcimento do prejuízo, e dentro desse prazo de prescrição também deverão ser impostas as sanções civis de improbidade.
-
31. Secretaria de educação municipal pretende adquirir material escolar para suas unidades de ensino. A fim de evitar problemas de qualidade nos produtos listados e objetivamente descritos como de natureza comum, fez constar do edital de pregão que publicou a obrigatoriedade de apresentação de amostras dos 5 principais itens pelos licitantes na sessão pública de apresentação de propostas. A exigência constante do edital
- (A) onera excessivamente os licitantes, cabendo a exigência de apresentação de amostras por parte do vencedor do certame.
 - (B) garante a presença na sessão de abertura somente de licitantes com propostas consistentes, bem como permite que a escolha recaia sobre bens e serviços de melhor qualidade.
 - (C) é admitida quando o objeto do pregão se refere a apenas um bem, de fácil transporte ou quando o administrador escolhe apenas um dentre os listados no objeto do certame, não sendo legalmente permitida apresentação de variedade de amostras sobre itens diferentes.
 - (D) permite a inabilitação técnica dos licitantes que não cumprirem esse requisito formal, não sendo possível à Administração pública se fiar em compromissos de qualidade.
 - (E) não é admitida quando se tratarem de bens de natureza comum, considerando a pouca complexidade e fácil constatação de qualidade pelo administrador público.
-

32. Um licitante impugnou determinado edital para contratação de uma concessão de serviços, alegando que houve direcionamento e ofensa à isonomia na análise dos documentos de habilitação, aduzindo que pelo menos duas empresas deveriam ter sido excluídas. A liminar requerida não foi deferida, de forma que a licitação prosseguiu. Antes da prolação da sentença o poder público comunicou o juízo acerca da conclusão do procedimento licitatório, alegando perda de objeto.

A alegação do Poder Público

- (A) procede, tendo em vista que o objeto da impugnação se restringia à habilitação dos licitantes, fase superada quando do término da licitação.
- (B) não deve ser acolhida, tendo em vista que as nulidades existentes no procedimento licitatório maculam o resultado e eventual contrato que já tenha sido celebrado.
- (C) condiciona a celebração do contrato à concordância dos demais licitantes, considerando o valor ao final apurado para a contratação.
- (D) não procede caso tenha sido concluída a licitação, com adjudicação do objeto ao vencedor, mas se houve celebração do contrato não há mais como questioná-lo, dada a distinção de relações jurídicas.
- (E) depende da comprovação de que o licitante inabilitado no certame que recorreu ao Judiciário não lograria êxito em oferecer resultado mais vantajoso ao Poder Público.



33. A Administração pública está sujeita a controle interno e externo. O poder da Administração pública rever seus próprios atos também se insere em medida de controle interno. O controle externo por sua vez,
- (A) exerce-se com mais intensidade sobre os órgãos da Administração direta, tendo em vista que os entes que integram a Administração indireta possuem fontes próprias de receita.
 - (B) é exercido pelo Poder Judiciário em face de todos os entes da Administração pública, restrita a atuação do Tribunal de Contas aos entes e órgãos da Administração direta, que gerem exclusivamente recursos públicos.
 - (C) pode ser feito tanto pelo Poder Legislativo, quanto pelo Poder Judiciário, este que também pode verificar a ocorrência de desvio de finalidade dos atos administrativos.
 - (D) quando exercido pelo Tribunal de Contas, permite incidência também sobre o mérito dos atos dos entes que integram a Administração indireta, porque são dotados de natureza jurídica de direito público.
 - (E) diferencia a natureza jurídica do ente sobre o qual incide a verificação, de forma que os atos das pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado somente são sindicáveis pelo Judiciário.
-
34. A contratação de serviços de pavimentação de estradas municipais está sob responsabilidade de empresa selecionada mediante procedimento de licitação. Diante da crise financeira, no entanto, o Município pagou algumas parcelas do contrato, ainda que com atraso, mas há mais de 120 dias suspendeu os pagamentos. A contratada,
- (A) considerando que se trata de contrato de prestação de serviço público, não é permitida a rescisão unilateral do contrato, cabendo pleitear a medida judicialmente.
 - (B) diante do princípio da continuidade do serviço público, não pode interromper a prestação do serviços, não obstante possa cobrar posteriormente a diferença de valores.
 - (C) pode interromper a prestação dos serviços, diante do tempo de inadimplência sucessiva, sem prejuízo de lhe ser facultado demandar judicialmente o pagamento dos valores em aberto.
 - (D) depende de autorização do Judiciário para suspender a prestação dos serviços, mas a rescisão contratual somente pode ser efetivada mediante concordância do poder público contratante.
 - (E) deve rescindir unilateralmente o contrato, não lhe sendo permitido, entretanto, cobrar os atrasados nessa hipótese, cabível somente em caso de suspensão.
-
35. Os servidores públicos, em sentido amplo, podem ocupar cargo, emprego ou exercerem função pública. Sobre a escolha do tipo de servidor a ser contratado,
- (A) a Administração pública depende de prévia realização de concurso público para a contratação de funcionários públicos efetivos, empregados públicos ou ocupantes de funções públicas, tanto na Administração Direta, quanto na Indireta.
 - (B) a contratação de empregados públicos demanda prévio concurso público, mas dispensa procedimento administrativo para rescisão do contrato de trabalho quando o vínculo jurídico se der com a Administração direta.
 - (C) enquanto a Administração direta somente pode contratar funcionários públicos efetivos, a Administração indireta pode contratar empregados públicos e ocupantes de funções de confiança.
 - (D) os servidores destinados a funções públicas, contratados para ocupação de cargos comissionados são dispensados da realização de concurso público, somente podendo exercer funções de assessoria, chefia ou direção.
 - (E) deve guardar isonomia no âmbito da mesma esfera de contratação, sendo vedada a existência de mais de uma modalidade de regime jurídico de servidores no mesmo ente federado, à exceção dos comissionados, que podem ser nomeados enquanto se aguarda o provimento por concurso público ou não dos cargos e empregos públicos.

Administração Financeira e Orçamentária

36. A Emenda Constitucional nº 86, de 2015, introduziu o caráter equitativo para a execução orçamentária e financeira, segundo critérios a serem definidos em lei complementar, consolidando o que se convencionou chamar de "orçamento impositivo", que, entre outros aspectos, contempla
- (A) a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior, das quais 50% deverão, necessariamente, ser destinadas à ações e serviços públicos na área da saúde, afastada a obrigatoriedade no caso de impedimentos de ordem técnica.
 - (B) a inviabilidade de apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, salvo se respaldadas na revisão das estimativas das projeções de receita constantes do anexo de metas fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou para ações destinadas à área da saúde.
 - (C) a obrigatoriedade de destinar ao menos um terço do valor da estimativa de receitas prevista na Lei Orçamentária Anual para emendas individuais de parlamentares, das quais 50% deverão, necessariamente, ser destinadas a ações e serviços públicos na área da educação e saúde.
 - (D) a vedação à apresentação de emendas individuais de parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual encaminhado pelo Poder Executivo, salvo para correção de erros e inexatidões, ou para assegurar a aplicação dos limites mínimos previstos na Constituição Federal para programas e ações nas áreas da saúde e educação.
 - (E) a obrigatoriedade do estrito cumprimento da execução orçamentária e financeira dos programas consignados na Lei Orçamentária Anual, inclusive os oriundos de emendas individuais de qualquer natureza, salvo na hipótese de revisão das metas fiscais ou materialização de passivos contingentes.



37. Considere que o Estado de Pernambuco pretenda instituir um Fundo Especial de Despesa, na forma disciplinada na Lei federal nº 4.320/64, para custear programas na área de proteção a direitos humanos e combate a práticas discriminatórias. Para tanto, pretende vincular produto de multas aplicadas a estabelecimentos comerciais autuados por condutas discriminatórias, bem como taxas cobradas pelo exercício de poder de polícia por órgãos fiscalizadores envolvidos, além de um percentual do produto da arrecadação do ICMS no âmbito do Estado. Considerando as disposições da Constituição Federal e as normas gerais de âmbito nacional aplicáveis à espécie, tal pretensão afigura-se juridicamente
- (A) inviável, em sua totalidade, eis que o princípio orçamentário da não vinculação interdita a destinação direta de quaisquer receitas a ações ou fundos, salvo os instituídos para custear ações e programas de Educação e Saúde.
 - (B) viável, apenas no que diz respeito à destinação das multas, sendo inviável em relação às taxas e percentual de ICMS, eis que a Constituição Federal proíbe a vinculação de tributos a fundos de despesa.
 - (C) viável, desde que o fundo seja instituído por lei complementar, no exercício da competência suplementar do Estado para dispor sobre finanças públicas, observadas as normas gerais editadas pela União.
 - (D) viável, apenas no que diz respeito às multas, que, por não constituírem receita orçamentária de natureza ordinária, são de livre destinação na forma da lei específica que as institui.
 - (E) viável, parcialmente, devendo o fundo ser instituído por lei específica na qual serão estabelecidas as receitas vinculadas às suas finalidades, vedada, contudo, a vinculação de percentual de ICMS por expressa proibição constitucional de vinculação de produto de imposto.
-
38. Suponha que, no curso da execução de uma obra pública, tenha sido identificada a necessidade de revisão do projeto original, demandando aditamento ao contrato correspondente, observados os limites e requisitos legais, não havendo, contudo, dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas correspondentes. Diante de tal cenário, as despesas geradas por tal circunstância, são, em tese, passíveis de cobertura mediante
- (A) abertura de créditos extraordinários, mediante lei específica, utilizando recursos provenientes de superávit financeiro.
 - (B) remanejamento de outras dotações orçamentárias, mediante decreto, com anulação parcial ou total de outras dotações.
 - (C) utilização de restos a pagar não processados para abertura de créditos especiais adicionais.
 - (D) abertura de créditos adicionais suplementares, mediante decreto, observado o limite da receita corrente líquida autorizado na lei orçamentária anual.
 - (E) alteração da programação de execução orçamentária, por decreto, desde que não transcorridos mais de 180 dias do início do exercício orçamentário.
-
39. Considere que o Poder Executivo Estadual pretenda encaminhar projeto de lei para revalorização salarial de determinada carreira de servidores públicos, instruindo o expediente legislativo com comprovação da existência de recursos orçamentários suficientes para fazer frente às despesas correspondentes no exercício em curso, bem como a compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tal instrução é
- (A) desnecessária, se o ente estiver dentro dos limites de despesa de pessoal fixados pelo referido diploma legal.
 - (B) insuficiente, sendo necessário, também, a estimativa do impacto financeiro nos dois exercícios subsequentes ao que entrar em vigor.
 - (C) necessária e suficiente, desde que as despesas de pessoal do ente estejam dentro dos limites fixados pelo referido diploma legal.
 - (D) desnecessária, podendo ser diferida para o momento da implementação da revalorização, quando serão ajustadas as dotações orçamentárias correspondentes.
 - (E) insuficiente, sendo necessário, adicionalmente, a revisão das metas de resultados fiscais que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para refletir o impacto das novas despesas.
-
40. O denominado "Anexo de Riscos Fiscais" a que alude a Lei de Responsabilidade Fiscal, integra
- (A) a Lei Orçamentária Anual, constituindo exceção ao princípio da exclusividade, dado que não reflete previsão de receita ou fixação de despesa.
 - (B) o Plano Plurianual, delimitando os eventos que podem impactar os programas nele estabelecidos.
 - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, indicando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (D) a Lei Orçamentária Anual, salvo se os efeitos correspondentes extrapolarem o exercício a que se refere, hipótese em que deverá integrar o Plano Plurianual.
 - (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, listando, na primeira, os passivos contingentes e, na segunda, os critérios para a mitigação dos efeitos de potencial materialização.

**Direito Previdenciário e Legislação Previdenciária Estadual**

41. A respeito da Seguridade Social, conforme previsão na CF de 1988, considere as assertivas abaixo.
- I. A equidade na forma de participação e custeio é um dos objetivos na organização da Seguridade Social.
 - II. Não há uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - III. A gestão da Seguridade Social será tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
 - IV. A universalidade de cobertura e atendimento aplica-se apenas à Assistência Social.
 - V. A relatividade na forma de participação e custeio é um dos objetivos na organização da Seguridade Social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e V.

42. Acerca das fontes constitucionais de financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:

- (A) A contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- (B) A contribuição do exportador de bens ou serviços ao exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social.
- (C) O rendimento de trabalhador que preste serviços sem vínculo empregatício constitui fonte de financiamento da Seguridade Social.
- (D) O lucro das empresas não é fonte de financiamento da Seguridade Social, apenas a receita e seu faturamento.
- (E) O montante líquido arrecadado por concursos de prognósticos é fonte de financiamento da Seguridade Social.

43. Os Regimes Próprios de Previdência Social, segundo a Lei Federal nº 9.717/1998,

- (A) serão financiados mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
- (B) serão financiados mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal da ativa civil e militar, para os seus respectivos regimes.
- (C) cobrem servidores públicos civis e militares, incluindo servidores temporários e exercentes de cargos comissionados, e a seus respectivos dependentes.
- (D) possibilitam o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios, não ficando limitados a cada ente federativo.
- (E) vedam a contratação de resseguro para garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial.

44. Referente aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, considere:

- I. As diárias para viagem, desde que inferiores a 50% do vencimento, não integram a base de contribuição do servidor público para o RPPS.
- II. A ajuda de custo em razão de mudança de sede, desde que inferior a 50% do vencimento, não integra a base de contribuição do servidor público para o RPPS.
- III. A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, desde que limitada a 30% do vencimento, não integra a base de contribuição do servidor público para o RPPS.
- IV. A parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da Administração pública, do qual é servidor não integra a base de contribuição do servidor público para o RPPS.

Está correto o que se afirma em

- (A) IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.



45. Sob o ponto de vista constitucional da Organização da Seguridade Social,
- (A) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, sem a correspondente fonte de custeio total, não havendo esta exigência para os casos de majoração de valores.
 - (B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, salvo se vencedora do certame licitatório.
 - (C) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 6 meses.
 - (D) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 1 ano, com base no princípio da anualidade.
 - (E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
-
46. A respeito do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, considere:
- I. Podem participar do referido sistema os trabalhadores que exerçam, em caráter privado, serviços públicos delegados.
 - II. Os fundos FUNAPREV e FUNAFIN são autônomos e com administração e gestão independente da FUNAPE.
 - III. Não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas os fundos FUNAPREV e FUNAFIN.
 - IV. Na cessão de segurados, com ônus para o cessionário, será de responsabilidade do órgão ou entidade cedente a retenção da contribuição previdenciária devida pelo segurado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II e III.
 - (C) III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) IV.
-
47. Nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados dependentes do segurado os pais que estiverem sob a sua dependência econômica e sustento alimentar mas, para tanto, a renda
- (A) bruta do casal não pode ser superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
 - (B) líquida do casal não pode ser superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
 - (C) líquida do casal não pode ser superior ao valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
 - (D) bruta do casal não pode ser superior a três vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
 - (E) bruta do casal não pode ser superior a quatro vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
-
48. No tocante à gestão financeira da FUNAPE, é vedada a realização de alguns investimentos. Um investimento permitido a ser realizado pela FUNAPE é a aplicação em
- (A) títulos da Dívida Pública de qualquer ente federativo, desde que nas mesmas condições das praticadas no mercado financeiro.
 - (B) ações de empresas públicas do Estado de Pernambuco, desde que nas mesmas condições das praticadas no mercado financeiro.
 - (C) ações de sociedade de economia mista do Estado de Pernambuco, desde que nas mesmas condições das praticadas no mercado financeiro.
 - (D) títulos da Dívida Pública Federal, desde que remunerados segundo as mesmas condições e taxas dos demais títulos da Dívida Pública Federal colocados no mercado financeiro.
 - (E) títulos da Dívida Pública do Estado de Pernambuco, desde que nas mesmas condições das praticadas no mercado financeiro.



49. O despacho conjunto, do Diretor-Presidente e do Diretor de Previdência Social da FUNAPE, que indeferir a concessão de aposentadoria ou transferência para a inatividade, poderá ser objeto de recurso dirigido ao Conselho de Administração da FUNAPE. A contar da notificação da decisão de indeferimento, o prazo de referido recurso será de
- (A) 90 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 60 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 5 dias.
-
50. Sobre o Regime Financeiro dos Fundos criados pela Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco,
- (A) FUNAFIN será de repartição do capital de cobertura.
 - (B) FUNAPREV será de mera cobertura do passivo atuarial.
 - (C) FUNAPREV será de capitalização para todos os benefícios, com exceção da transferência para inatividade.
 - (D) FUNAPREV será de capitalização para todos os benefícios, com exceção da pensão por morte.
 - (E) FUNAFIN será de mera cobertura do passivo atuarial já constituído na data de promulgação desta lei.
-
51. No que se refere à filiação ao plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar do Estado de Pernambuco, o participante
- (A) que for afastado temporariamente do cargo efetivo, sem receber remuneração, não pode permanecer filiado.
 - (B) cedido a outro órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pode permanecer filiado.
 - (C) que for afastado temporariamente do cargo efetivo, ainda que recebendo remuneração, não pode permanecer filiado.
 - (D) cedido a outro órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta de qualquer ente, pode permanecer filiado.
 - (E) cedido a outro órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta de qualquer ente, não pode permanecer filiado.
-
52. Entende-se por saldo de conta, nos termos da Lei Complementar nº 257/2000 do Estado de Pernambuco, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar do Estado de Pernambuco, o valor acumulado em nome do participante, com o resultado das contribuições vertidas pelo participante e pelo patrocinador,
- (A) acrescido dos resultados dos investimentos e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio.
 - (B) sem acréscimo dos resultados dos investimentos, e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio.
 - (C) acrescido dos resultados dos investimentos e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio, limitadas a 3%.
 - (D) acrescido dos resultados dos investimentos e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio, limitadas a 2%.
 - (E) sem acréscimo dos resultados dos investimentos e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio, limitadas a 3%.



53. No respeito do regramento constitucional da Seguridade Social o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia
- (A) familiar, desde que com empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (B) de mercado, em escala de produção, independentemente de possuírem ou não empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (C) familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota não superior a 8% sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (D) de mercado, em escala de produção, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (E) familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
-
54. Todos os membros da sociedade devem, em regra, contribuir para a seguridade social. Todavia, por princípio, quem tem maior capacidade financeira contribui com mais para a manutenção do sistema da Seguridade Social, e, quem tem menos, deve arcar com menos, visando ao equilíbrio entre a capacidade econômica de todos que devem contribuir e o esforço financeiro que eles necessitam para a manutenção da seguridade social, o que enseja a aplicação do princípio
- (A) democrático da Seguridade Social.
 - (B) da universalidade de cobertura e atendimento.
 - (C) da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (D) da equidade na forma de participação do custeio da Seguridade Social.
 - (E) da distributividade na prestação dos serviços e benefícios.
-
55. Considerando a Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, a penalidade pelo descumprimento do disposto na referida Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos é a
- (A) suspensão das transferências obrigatórias de recursos pela União.
 - (B) suspensão por seis meses para receber empréstimos da União.
 - (C) impedimento para celebrar convênios com a União, podendo fazê-lo com empresas integrantes da sua Administração Indireta.
 - (D) suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, com exceção do BNDES.
 - (E) suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União.
-
56. A respeito do salário-família conforme previsão da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, considere:
- I. O salário-família será pago em dobro com relação aos filhos ou equiparados que forem definitivamente ou estiverem temporariamente, física ou mentalmente, inválidos, até o limite de 14 anos de idade.
 - II. O salário-família será pago em dobro com relação aos filhos ou equiparados que forem definitivamente ou estiverem temporariamente, física ou mentalmente, inválidos, até o limite de 21 anos de idade.
 - III. A falta de comunicação oportuna de fato que implique na extinção do direito ao salário-família, implicará no desconto dos pagamentos de cotas devidas com relação a outros dependentes, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
 - IV. A falta de comunicação oportuna de fato que implique na extinção do direito ao salário-família, sujeitará o segurado apenas às sanções penais cabíveis, sendo vedado qualquer desconto dos pagamentos de cotas devidas com relação a outros dependentes, por se tratar de direito personalíssimo.
 - V. O salário-família será pago em dobro com relação aos filhos ou equiparados que forem definitivamente ou estiverem temporariamente, física ou mentalmente, inválidos, sem limite de idade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) III e V.
 - (E) IV e V.



57. A respeito de descontos possíveis dos proventos ou dos benefícios pagos aos segurados e aos pensionistas pelos Fundos criados pela Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, é correto afirmar que
- (A) contribuições associativas ou sindicais, independente de autorização do segurado ou pensionista, bastando que tais entidades comprovem a sua filiação mediante ofício à FUNAPE.
 - (B) o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente, podendo o desconto ser parcelado, limitada a parcela a 30% do valor do benefício, por ser a margem consignável.
 - (C) as contribuições associativas, desde que autorizadas pelos segurados ou pensionistas, independentemente de autorização a contribuição ao sindicato, que possui natureza tributária.
 - (D) o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente, podendo o desconto ser parcelado, limitada a parcela a 20% do valor do benefício.
 - (E) o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente, podendo ser parcelado em parcelas de até 50% do valor do benefício em caso de má-fé, devidamente comprovada.
-
58. Em relação ao que prevê a legislação a respeito das regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,
- (A) incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
 - (B) com exceção de suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - (C) incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - (D) incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior a 70% desta contribuição.
 - (E) com exceção de suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior a 50% desta contribuição.
-
59. O regramento constitucional do Regime Próprio de Previdência Social dos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dispõe que a aposentadoria por invalidez do servidor público em qualquer hipótese será
- (A) proporcional ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável segundo a legislação.
 - (B) proporcional ao tempo de contribuição, salvo se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável segundo a legislação.
 - (C) proporcional ao tempo de serviço, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável segundo a legislação.
 - (D) com proventos integrais, desde que atingida a idade mínima de 60 anos se homem e 55 anos se mulher.
 - (E) com proventos integrais, desde que atingida a idade mínima de 65 anos se homem e 60 anos se mulher.
-
60. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a pensão por morte a ser paga aos dependentes do servidor falecido corresponderá ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento,
- (A) até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (B) até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 80% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (C) até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 50% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (D) até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 2/3 da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (E) sem qualquer limite de teto, caso em atividade na data do óbito.